



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Do Sr. Deputado **DELEGADO MARCELO FREITAS**)

Requer a **inclusão na ordem do dia** do Plenário do Projeto de Lei nº 1213, de 2024, que “Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos da Funai - PECFUNAI e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, altera a remuneração dos cargos das Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal, cria a Polícia Penal Federal e a Carreira de Policial Penal Federal, altera a remuneração do cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, altera a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.”

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na pauta do plenário do Projeto de Lei nº 1213, de 2024, que “Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO

Cargos da Funai - PECFUNAI e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, altera a remuneração dos cargos das Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal, cria a Polícia Penal Federal e a Carreira de Policial Penal Federal, altera a remuneração do cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, altera a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.”

Apresentação: 08/05/2024 20:13:34,870 - MESA

REQ n.1527/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO

JUSTIFICAÇÃO

Sr. Presidente,

O conjunto de medidas, ora proposto pelo governo federal, objetiva melhorar a gestão de carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, inclusive das estruturas remuneratórias, para tornar as carreiras e cargos mais atrativos, aprimorando a gestão de instituições públicas, sem deixar, lado outro, de ser atrativo a profissionais de alto nível de qualificação, muitos deles já efetivos na Administração Pública Federal.

Consigna-se, por relevante, que o PL em apreciação é de regime de urgência e encontra-se aguardando Despacho da Presidência desta Casa.

Com as breves considerações acima, solicita-se a Vossa Excelência a inclusão da matéria na pauta do plenário, para que seja votado o mais breve possível, com o necessário esclarecimento de que a partir do dia 27 de maio de 2024 o presente projeto pode sobrestar a pauta de votações da Câmara dos Deputados.

Sala de Sessões, 08 de maio de 2024.

DELEGADO MARCELO FREITAS

Deputado Federal – União/MG

